



INFORMATIVO GIAC 200, de 20 de julho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

MPF/MG firmou acordo com município de Uberaba/MG para que as medidas de enfrentamento à pandemia sejam baseadas em transparência, fundamentação científica e publicidade

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) firmou termo de compromisso, em ação civil pública, com o município de Uberaba/MG, para que as medidas de distanciamento social, disponibilização de tratamentos e a vacinação sejam todas baseadas em transparência, fundamentação científica e na máxima publicidade. O acordo foi homologado, na segunda-feira (19), pela 1ª Vara Federal Cível e Criminal de Uberaba(MG), sendo então extinta a ação civil pública nº 1002376-16.2020.4.01.3802, movida pelo Ministério Público Federal em abril de 2020.

Decretos - Pelo compromisso assumido, o município deverá fundamentar quaisquer medidas restritivas ou flexibilizadoras de distanciamento social apenas em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, como dispõe em seu art. 3, parágrafo 1º a Lei 13.979/20. Além disso, deve publicar, com antecedência, o ato normativo que institui o novo regime e sua respectiva fundamentação, que deve ser substancial e inteligível para leigos. Esses atos devem ter a máxima publicidade valendo-se da imprensa oficial, sítio eletrônico e redes sociais municipais.

Além disso, o município se comprometeu também a cumprir quaisquer regras mais restritivas ou protetivas de distanciamento social impostas pelo Estado de Minas Gerais, ou pela União, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADIn 6341-DF.

Medicina baseada em evidências e hidroxiquina - O termo também abordou a questão dos medicamentos sem eficácia comprovada contra a Covid-19. Com isso, o município se comprometeu a adotar, na assistência médica e farmacêutica, apenas protocolos e medicamentos baseados em fundamentadas evidências científicas, não suprimindo a ausência de evidências o consentimento do paciente.

O município ainda deve retirar do “Manejo Clínico do Coronavírus na Atenção Básica de Saúde” a orientação, publicada em seu Diário Oficial em 15 de julho de 2020, bem como de qualquer outro ato normativo ou orientador municipal, a menção à hidroxiquina/cloroquina, uma vez que não há

evidências científicas de sua eficácia no tratamento de pacientes acometidos pelo novo coronavírus.

Vacinação – O acordo também tratou da questão da vacinação. O município se comprometeu a observar, especialmente quanto à ordem de vacinação de grupos prioritários, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), sendo admitidas apenas alterações baseadas em “evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde”, como dispõe em seu art. 3, parágrafo 1º a Lei 13.979/20 e conforme decidido pelo STF na Reclamação 46965/2021, às quais deve ser dada a devida publicidade.

Em relação à transparência da imunização, o município também se comprometeu a manter seu portal da transparência sempre atualizado com informações sobre quantitativo exato de imunizantes recebidos por Uberaba; vacinas já aplicadas; lista completa de todos os vacinados até o momento; servidores públicos municipais vacinados, com as suas respectivas lotações e cargos; datas de vacinação e imunizantes aplicados; taxa de vacinação de idosos com 60 anos ou mais; população ainda não vacinada; vacinação de grupos estranhos ao PNO, com justificativa para priorização e indicação do critério de formação de listas, entre outros.

Íntegra

[Termo de Compromisso](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Minas Gerais

[MPF/SE expediu ofícios para reunir informações sobre a vacinação contra a Covid-19 de pessoas em situação de rua ou privadas de liberdade](#)

O Ministério Público Federal em Sergipe (MPF/SE) requisitou informações à Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe sobre a aplicação pelos municípios das 787 doses da vacina Janssen enviadas pelo Ministério da Saúde para imunização de pessoas em situação de rua. A vacina Janssen, por ser aplicada em dose única, tem ocupado papel estratégico para imunizar grupos que correm o risco de não retornar para a segunda aplicação ou que precisam de mais rapidez no processo.

Ofício semelhante foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju onde se questiona sobre o atendimento à orientação do Ministério da Saúde no sentido de aplicar o imunizante da Janssen em pessoas em situação de rua.

No documento enviado à Secretaria Estadual de Saúde, o órgão ministerial também faz indagações sobre a vacinação das pessoas privadas de liberdade. Também foram oficiadas as secretarias de Saúde dos municípios onde estão localizadas cada uma das unidades de privação de liberdade, que devem apresentar justificativas caso não tenham alcançado 100% de vacinação nesse grupo prioritário, já que o Ministério da Saúde encaminhou as doses correspondentes.

Íntegra

[Ofício enviado à Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal em Sergipe

Em reunião na Câmara dos Deputados, Ministro da Saúde prestou esclarecimentos sobre ações de enfrentamento da Covid-19

Na última quarta-feira (14), o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, prestou esclarecimentos perante a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados sobre a vacinação contra a Covid-19, o programa de testagem da população, além de outras questões de atribuição do Ministério da Saúde. Durante a reunião, Marcelo Queiroga informou que o Ministério da Saúde contratou 600 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19, o que viabilizará que, até setembro/2021, o País imunize 50% da população vacinável, com a segunda dose, e integralize o esquema vacinal de todos os cidadãos acima de 18 anos, até o final do ano.

Embora o País avance na vacinação, o Ministro destacou que existem vários problemas "Pós-Covid-19" decorrentes do volume de recursos utilizados para o enfrentamento da pandemia. Marcelo Queiroga afirmou que, neste ano, o orçamento devido ao Ministério da Saúde é estimado em R\$ 131,3 bilhões, acrescidos de R\$ 38 bilhões de reais de créditos extraordinários — montante insuficiente para as políticas discricionárias do órgão, em virtude da grave situação gerada pela crise sanitária.

Em relação às vacinas, o Ministro da Saúde afirmou que, segundo análises econômicas, os imunizantes AstraZeneca e Pfizer (já incorporadas ao Sistema Único de Saúde - SUS) promoverão, num horizonte de 5 anos, economia de R\$ 150 bilhões aos cofres públicos. Outras vacinas, como a Janssen e a CoronaVac, ainda precisam do registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para incorporação ao SUS.

Quanto à Sputnik V e a Covaxin, Marcelo Queiroga pontuou que, tendo em vista a contratação de 600 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 pelo Ministério da Saúde, não há necessidade de se adquirir essas vacinas que obtiveram, até o momento, apenas a autorização de importação pela Anvisa. Ainda, no que diz respeito à Covaxin, o Ministro acrescentou que, consoante recomendação da Controladoria-Geral da União, a pasta da Saúde suspendeu o contrato para sua aquisição, por questão de conveniência e oportunidade.

No que se refere à vacina da CanSino, Marcelo Queiroga esclareceu que, considerando a [ausência de representantes do laboratório no Brasil](#), a negociação para aquisição do imunizante — que é de dose única e custaria o equivalente a \$ 17 por imunização completa — foi interrompida.

Antecipação da entrega de vacinas e encurtamento do espaço temporal entre as doses - Marcelo Queiroga salientou que o Ministério da Saúde tem buscado antecipar as doses de vacinas já contratadas. Até o momento, cerca de 1,8 milhão de doses da Janssen, 7 milhões de doses da Pfizer e doses oriundas da Covax Facility foram antecipadas. Quanto ao encurtamento do espaço temporal entre as doses, o

Ministro da Saúde informou que é preciso respeitar o que determina o fabricante, porque não há evidência científica que aponte para maior eficácia contra o vírus Sars-Cov-2 com a redução do tempo entre doses. Entretanto, aduziu que tal medida é possível em relação à vacina da Pfizer, visto que a própria bula prescreve um intervalo de 21 dias.

Testagem – De acordo com o Ministro da Saúde, foi aprovado, no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), programa que pretende testar 1,8 milhão de brasileiros sintomáticos, além de indivíduos assintomáticos em ambientes de grande aglomeração, como as estações de metrô. A meta é que, por mês, sejam realizados 20 milhões de testes para detecção da Covid-19.

Íntegra

[Memória da Reunião - 14/7/2021](#)

Fonte: Câmara dos Deputados; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

[ANS promoveu reunião para discutir a inclusão de mais um teste diagnóstico para Covid-19 no rol de procedimentos obrigatórios dos planos de saúde](#)

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) promoveu, na última quarta-feira (14), reunião extraordinária para debater a inclusão de mais um teste diagnóstico para Covid-19 no rol de procedimentos obrigatórios dos planos de saúde. Nesse sentido, até o dia 23 de julho, o órgão receberá contribuições para subsidiar a tomada de decisão relativa ao assunto, por meio do endereço eletrônico "ggras.dripro@ans.gov.br".

Para acessar a transmissão do evento, clique [aqui](#).

Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar

[Anvisa recebeu pedido para autorização temporária de uso emergencial de medicamento para tratamento da Covid-19](#)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) recebeu, na última segunda-feira (19), solicitação da empresa GlaxoSmithKline (GSK) Brasil Ltda que pleiteia a autorização temporária de uso emergencial do anticorpo monoclonal Sotrovimabe para tratamento da Covid-19.

De acordo com a autarquia, nas primeiras 24 horas do recebimento do pedido, será realizada triagem dos documentos submetidos ao órgão. Caso se constate a ausência de elementos importantes para análise da demanda, a Anvisa poderá solicitar informações complementares à GlaxoSmithKline.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

[Pesquisa da Fiocruz e instituições parceiras investiga o impacto da pandemia sobre a saúde das mulheres](#)

A fim de conhecer como a saúde das mulheres foi afetada pela pandemia decorrente da Covid-19, o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), em parceria com o Instituto Rene Rachou (Fiocruz Minas), Universidade Federal da Bahia e demais instituições estão promovendo a pesquisa "Pandemia de Covid-19 e práticas reprodutivas de mulheres no Brasil". Por meio de [formulário eletrônico](#), mulheres a partir de 18 anos, que residem no Brasil, podem voluntariamente contribuir com o estudo.

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

[Segundo o Ministério da Economia, novo programa de preservação do emprego e renda alcançou mais de 3 milhões de acordos em 2021](#)

De acordo com informações veiculadas pelo Ministério da Economia, o novo Programa Emergencial de Preservação do Emprego e Renda, instituído mediante edição da [Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021](#), atingiu a marca de 3 milhões de acordos firmados entre empregados e empregadores em 2021.

A iniciativa, promovida pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em parceria com a Dataprev, foi criada com o objetivo de mitigar os impactos sociais da Covid-19. Por meio do programa, trabalhadores e empregadores celebram acordos, com prazo máximo de quatro meses, para redução de jornada e salário em troca da manutenção do emprego e estabilidade temporária.

Fonte: Ministério da Economia

[Ministério da Saúde prevê chegada, nesta terça-feira \(20\), de mais 1 milhão de doses da vacina Comirnaty/Pfizer](#)

O Ministério da Saúde aguarda a chegada de mais 1 milhão de doses da vacina Comirnaty previstas para chegar, na noite desta terça-feira (20), em Campinas/SP.

A remessa decorre de acordo firmado com a Pfizer/BioNTech para o recebimento de 100 milhões de doses da Comirnaty até setembro/2021. Além desse acordo, foram adquiridas, em uma segunda negociação, mais 100 milhões de doses do referido imunizante com entrega estimada entre setembro/2021 e dezembro/2021.

[Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil](#)

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 19 de julho de 2021, informam que o Brasil registra 19.391.845 casos de infecção pelo novo coronavírus e 542.756 óbitos decorrentes da doença.

Panorama da vacinação contra a Covid-19 no Brasil (dados atualizados em 19 de julho de 2021, às 10h17)

- 154.710.822 milhões de doses distribuídas
- 124.116.939 milhões de doses aplicadas
- 90.125.448 milhões de indivíduos foram imunizados com a primeira dose
- 33.991.491 milhões de indivíduos integralizaram o esquema vacinal

Fonte: Ministério da Saúde

Senado Federal divulgou próximos passos da investigação conduzida pela CPI da Pandemia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia) informou que, após o recesso parlamentar constitucional, planeja instituir núcleos de investigação para [análise de documentos](#) e para tratamento dos assuntos relativos à intermediação realizada por empresas para aquisição de vacinas contra a Covid-19: "Randolfe adiantou que a CPI também vai se dedicar em agosto a investigações sobre os negócios e interesses envolvendo a empresa de logística VTCLog. Os parlamentares suspeitam de contratos firmados entre ela, o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos (...). O vice-presidente detalhou ainda que está prevista para acontecer entre os dias 26 e 29 de julho uma reunião virtual entre integrantes da CPI e juristas, a fim de embasar o relatório final da comissão", informou o Senado Federal.

Além desses temas, a CPI da Pandemia pretende investigar, ainda, os impactos das *fake news* no agravamento da crise sanitária ocasionada pela Covid-19.

Fonte: Senado Federal

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Portaria nº 1.477, de 19 de julho de 2021](#) – Em virtude da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, reconhece o Estado de Calamidade Pública nos municípios de Darcinópolis/TO e Porto Nacional/TO. Reconhece, ainda, a Situação de emergência no município de Rio Sono/TO.

[Portaria nº 1.478, de 19 de julho de 2021](#) – Em virtude da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, reconhece o Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado de Santa Catarina/SC.

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=1.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-acoes-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-acoes-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres –

http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqA-Ecy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing>

e

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portalfns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid->

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação -

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confirma-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>

Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>

Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>

Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>

Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>

Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>

Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>

Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/criises/principal/coronavirus/todos/1>

Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>

Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>

Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>

Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>

Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>

Rede Covida – <https://covid19br.org/>

Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>